

(Actos adoptados em aplicação do título VI do Tratado da União Europeia)

DECISÃO DO CONSELHO

de 6 de Dezembro de 2001

que alarga o mandato da Europol às formas graves de criminalidade internacional enumeradas no anexo à Convenção Europol

(2001/C 362/01)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

DECIDE:

Artigo 1.º

Tendo em conta a Convenção que cria um Serviço Europeu de Polícia (Convenção Europol) ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 2.º,

A Europol ocupar-se-á das formas graves de criminalidade internacional enumeradas no anexo à Convenção Europol.

Artigo 2.º

Tendo em conta a iniciativa do Reino da Bélgica e do Reino da Suécia ⁽²⁾,

1. O Conselho aprova, sob proposta do Conselho de Administração da Europol e deliberando por unanimidade, as formas graves de criminalidade internacional às quais deve ser dada prioridade.

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽³⁾,

2. O director deve informar regularmente o Conselho de Administração da Europol da implementação dessas prioridades.

Tendo em conta os trabalhos preparatórios sobre esta questão desenvolvidos pelo Conselho de Administração da Europol, em especial no que se refere às implicações orçamentais e de pessoal para a Europol,

3. O relatório geral sobre as actividades da Europol a que se refere o n.º 10, primeiro parágrafo, ponto 1, do artigo 28.º da Convenção Europol deve fazer referência explícita e reflectir essas prioridades e a sua implementação.

Considerando o seguinte:

Artigo 3.º

(1) Um dos objectivos da União é o de proporcionar aos cidadãos um elevado nível de protecção num espaço de liberdade, segurança e justiça mediante a instituição de acções comuns entre os Estados-Membros no domínio da cooperação policial.

1. A presente decisão entra em vigor em 1 de Janeiro de 2002.

(2) A eficácia da cooperação no âmbito da Convenção Europol seria reforçada se a Europol pudesse, em certas matérias prioritárias, levar a cabo as suas tarefas em todos os domínios da criminalidade organizada internacional enumerados no anexo à Convenção Europol.

2. A Decisão do Conselho, de 29 de Abril de 1999, que torna o mandato da Europol extensivo à falsificação de moeda e de meios de pagamento ⁽⁴⁾, é revogada com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2002.

Artigo 4.º

(3) Devem ser definidas áreas prioritárias baseadas na recolha contínua de dados sobre as tendências verificadas nos crimes perpetrados nos territórios dos Estados-Membros.

A presente decisão será publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

(4) A presente decisão não prejudica as competências da Comissão e do Banco Central Europeu,

Feito em Bruxelas, em 6 de Dezembro de 2001.

Pelo Conselho

O Presidente

M. VERWILGHEN

⁽¹⁾ JO C 316 de 27.11.1995, p. 2.

⁽²⁾ JO C 176 de 21.6.2001, p. 26.

⁽³⁾ Parecer emitido em 12 de Novembro de 2001 (ainda não publicado no Journal Oficial).

⁽⁴⁾ JO C 149 de 28.5.1999, p. 16.